

SENADO FEDERAL

VISÃO DO CORREIO

Momento de decisão

Adecisão do colégio de líderes do Senado de apressar as apurações de denúncias contra Jader Barbalho vem ao encontro das expectativas da sociedade. Há mais de ano, pipocam acusações que envolvem o presidente da Câmara Alta. Entre elas, o desvio de recursos do Banpará ao tempo em que governava o estado do Pará, negócios irregulares com Títulos da Dívida Agrária (TDAs) e desapropriação ilegal de terras.

São imputações graves. Ignorá-las seria desrespeitar os eleitores e comprometer a imagem de um dos poderes da República. O pacote proposto para investigar Jader inclui uma série de iniciativas a serem tomadas no âmbito do Senado se possível antes do recesso de julho.

Dois requerimentos devem ser votados na Comissão de Constituição e Justiça. Um, na terça-feira, quebra o sigilo bancário para rastrear cheques de envolvidos em negócios escusos com terras. Outro, em data não fixada, requisita relatórios do Banco Central sobre o Banpará.

Mais. Serão eleitos os novos membros do Conselho de Ética (o mandato dos atuais vence dia 28). Caso seja aberto um processo contra Jader, eles serão encarregados de apurar as supostas ilegalidades cometidas. A Corregedoria terá o reforço de dois senadores.

Algumas medidas possivelmente terão efeito mais moral que prático. É o caso da reunião do colégio de líderes com o Ministério Público para pedir pressa nas investigações. Os procuradores já estão agindo com celeridade nas apurações. Mas, no

conjunto, podem ajudar a pôr um ponto final nas sucessivas acusações que paralisam as atividades do Senado Federal no momento em que o Brasil precisa unir forças para superar as crises internas e externas que lhe ameaçam o desenvolvimento sustentável.

O país não pode conviver com as suspeitas que pesam sobre Jader Barbalho, presidente de um dos poderes da República e terceiro na linha de sucessão para ocupar o Executivo. As providências propostas pelos líderes — algumas dependentes de aprovação do Senado — servirão para sanear o ambiente político saturado de dúvidas sobre o comportamento de alguém com elevadíssimos deveres na administração pública.

A iniciativa se justifica até em favor do acusado. Oferece-lhe espaço para ampla defesa. Se aparecer fato concreto determinado, pode-se até chegar à cassação do senador. Caso contrário, espera-se seja o episódio definitivamente encerrado.

O Senado, até agora, tem dado provas da decisão de cultivar o princípio da moralidade pública. Afastou de seus quadros o então senador Luiz Estevão e levou à renúncia o líder do governo José Roberto Arruda e o ex-presidente da casa Antônio Carlos Magalhães. Ambos abdicaram do mandato para evitar a cassação e a consequente inelegibilidade.

Um semestre deste ano já foi perdido pelos senadores, paralisados pelas denúncias que atingem seu presidente. Não é possível continuar nessa situação. A sociedade quer ver seus políticos preocupados com os problemas nacionais — dedicados à busca de soluções para a crise energética, o combate à pobreza e a modernização das instituições.